

Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P.

Despacho (extracto) n.º 21 926/2006

Por despacho de 2 de Outubro de 2006 do vice-presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., foi autorizada a prorrogação da licença sem vencimento por um ano a Maria Helena Catarino Petiz, assessora principal do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., com efeitos desde 1 de Outubro de 2006.

12 de Outubro de 2006. — O Vice-Presidente, *António José Lopes de Melo*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 21 927/2006

Considerando que o licenciado José Sarmento de Matos solicitou, em 22 de Agosto de 2006, a sua exoneração como membro do conselho consultivo do Instituto Português do Património Arquitectónico, para o qual fora nomeado através do despacho n.º 2389/2006 (2.ª série), de 5 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 30 de Janeiro de 2006;

Considerando que importa, agora, substituir aquela individualidade:

Assim, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 120/97, de 16 de Maio, e na alínea 9) do n.º 5.º da Portaria n.º 1221/97, de 3 de Dezembro, nomeio, por um período de três anos, membro do conselho consultivo do Instituto Português do Património Arquitectónico o licenciado Cláudio Torres, com efeitos a partir de 6 de Setembro de 2006.

6 de Outubro de 2006. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Inspeção-Geral das Actividades Culturais

Despacho (extracto) n.º 21 928/2006

Por despacho da Ministra da Cultura de 15 de Setembro de 2006 e para efeitos do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e em complemento da delegação de competências determinada em 18 de Janeiro de 2006, é fixada uma delegação adicional, no montante que se estima em € 1 326 013,16, na inspeção-geral das Actividades Culturais, para autorizar os processamentos e liquidações parcelares, contra facturação, de fornecimentos por parte da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

12 de Outubro de 2006. — O Subinspector-Geral, *Júlio Ernesto Fonseca Araújo Melo*.

Despacho (extracto) n.º 21 929/2006

Por despacho da inspeção-geral das Actividades Culturais de 4 de Outubro de 2006, foi José António Alves, técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, nomeado definitivamente, precedendo concurso, no lugar de técnico superior de 1.ª classe da carreira de consultor jurídico do quadro de pessoal desta Inspeção-Geral, considerando-se exonerado do lugar que ocupa na data da aceitação do cargo, ficando posicionado no 1.º escalão, índice 460. (Não carece da fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Por despacho da inspeção-geral das Actividades Culturais de 4 de Outubro de 2006, foi Matilde Rosa Correia da Silva, candidata classificada no 1.º lugar no concurso para a categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira de consultor jurídico do quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 25 de Maio de 2005, retirada da respectiva lista de classificação final, por recusa do lugar.

12 de Outubro de 2006. — O Subinspector-Geral, *Júlio Ernesto Fonseca Araújo Melo*.

Despacho (extracto) n.º 21 930/2006

Por despacho da inspeção-geral das Actividades Culturais de 29 de Agosto de 2006, foi autorizada a cessação, a seu pedido, da comissão de serviço extraordinária, como estagiário da carreira de inspector, de Ricardo Jorge Ribeiro Torres, com efeitos desde 31 de Agosto de 2006.

12 de Outubro de 2006. — O Subinspector-Geral, *Júlio Ernesto Fonseca Araújo Melo*.

Despacho (extracto) n.º 21 931/2006

Por despacho da inspeção-geral das Actividades Culturais, de 22 de Setembro de 2006, foi Carlos Frederico Pincarilho Moura-Carvalho, técnico superior de 2.ª classe da carreira de consultor jurídico, nomeado definitivamente, precedendo concurso, no lugar de técnico superior de 1.ª classe, da mesma carreira, ficando posicionado no 1.º escalão, índice 460. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Outubro de 2006. — O Subinspector-Geral, *Júlio Ernesto Fonseca Araújo Melo*.

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho (extracto) n.º 21 932/2006

Por despacho de 12 de Outubro de 2006 do vice-presidente deste Instituto, por delegação, Miguel Carlos Lopes Brandão Areosa, assessor da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção Regional do Porto deste Instituto, foi nomeado definitivamente assessor principal da mesma carreira e quadro, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos reportados a 3 de Abril de 2006.

13 de Outubro de 2006. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Luís Filipe Coelho*.

**PARTE D****TRIBUNAL DE CONTAS**

Gabinete do Presidente

Despacho (extracto) n.º 21 933/2006

Pelo despacho DP n.º 33/2006, de 17 de Outubro, foi nomeado, em comissão permanente de serviço, juiz conselheiro do quadro do Tribunal de Contas o juiz conselheiro além do quadro Nuno Manuel Pimentel Lobo Ferreira. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Outubro de 2006. — O Presidente, *Guilherme d'Oliveira Martins*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA**Deliberação (extracto) n.º 1498/2006**

Por deliberação da sessão plenária ordinária de 12 de Setembro de 2006, foi cessada, a seu pedido, a comissão de serviço do Dr. António Pedro de Lima Gonçalves, juiz desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, que vinha exercendo como inspector judicial no Conselho Superior da Magistratura, com efeitos a partir de 4 de Novembro de 2006.

12 de Outubro de 2006. — O Juiz-Secretário, *Paulo Alexandre Pereira Guerra*.